

## EDITAL 454/2022

### COMPOSIÇÃO:

10 – PENAL, PROCESSO PENAL E EXECUÇÃO PENAL

10 – CIVIL E PROCESSO CIVIL

08 – CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

02 – INFÂNCIA

#### DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E EXECUÇÃO PENAL.

1. Com a vigência de Lei Penal mais benéfica que verse sobre direito material e que favoreça a situação processual de pessoa com sentença penal transitada em julgado, o instrumento jurídico mais adequado a ser acionado é:
  - a. Revisão Criminal
  - b. Ação Rescisória
  - c. Pedido de reconsideração ao Juízo do conhecimento
  - d. **Petição simples ao Juízo Executório**
  - e. Apelação Criminal
2. O Recurso em Sentido Estrito é cabido nas seguintes hipóteses, exceto em face da decisão que:
  - a. não receber a denúncia ou a queixa
  - b. concluir pela incompetência do juízo
  - c. julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição
  - d. julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor
  - e. **impronunciar o réu**
3. O prazo para a interposição do recurso de agravo de execução penal é de:
  - a. 5 dias em face do que dispõe a Lei de Execuções Penais
  - b. **5 dias em face do que dispõe a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**
  - c. 8 dias, em face do que dispõe o Código de Processo Penal
  - d. 10 dias, em face do que dispõe a Lei de Execuções Penais
  - e. 10 dias em face do que dispõe o Código de Processo Penal
4. *O Habeas Corpus:*
  - a. É um recurso que somente pode ser ajuizado por pessoa com capacidade postulatória
  - b. É uma ação autônoma que somente pode ser ajuizada por pessoa com capacidade postulatória
  - c. É um recurso que pode ser ajuizado por pessoa sem capacidade postulatória
  - d. **É uma ação autônoma que pode ser ajuizada por pessoa sem capacidade postulatória**
  - e. Nenhuma das opções anteriores
5. *O uso de algemas na atividade policial:*
  - a. **Deve ser excepcional, devendo a excepcionalidade justificada por escrito**
  - b. Deve ser comunicado ao Conselho Nacional de Justiça em até 48 horas
  - c. Deve ser comunicado ao Tribunal local em até 48 horas
  - d. Deve ser priorizado nos casos de policiamento ostensivo
  - e. Deve ser da livre discricionariedade do agente de segurança, não havendo regras que o defina
6. *O Acordo de Não Persecução Penal pode ser aplicado:*
  - a. ao réu reincidente
  - b. independentemente de confissão formal e circunstancial do réu
  - c. aos crimes cuja pena máxima abstrata seja inferior a 4 (quatro) anos
  - d. para o delito de roubo, desde que em sua figura simples (não-majorada) (artigo 157, *caput*, do Código Penal)
  - e. **ao réu que já se beneficiou do mesmo acordo, ou de transação penal ou de suspensão condicional do processo, desde que em período superior a 5 (cinco) anos**

7. Em março de 2020, José foi condenado à pena privativa de liberdade no *quantum* de 5 anos pela prática do delito de furto qualificado, tendo a sentença sido objeto de recurso de apelação exclusivamente interposto pela Defesa. Não tendo esse recurso sido ainda julgado, a data de eventual prescrição da pretensão punitiva do Estado por este delito, na hipótese de inexistência de qualquer marco interruptivo ou reducional da contagem, será em:
- Em 2024
  - Em 2025
  - Em 2028
  - Em 2032**
  - Em 2036
8. A excludente de ilicitude da legítima defesa:
- É cabível na defesa da honra
  - Não está prevista no Código Penal, apenas no Código de Processo Penal
  - Pode ser reconhecida quando a injusta agressão ocorre não em face do réu, mas de outrem**
  - Independente do modo como a injusta agressão vai ser repelida para ser aplicada
  - Não se relaciona com a contemporaneidade da injusta agressão
9. Nas hipóteses de exclusão de ilicitude:
- O excesso é sempre punível**
  - O excesso é punível somente quando ele for doloso
  - O excesso é punível somente quando ele for culposo
  - O excesso é punível somente quando o resultado for morte
  - O excesso nunca é punível
10. No rito especial em que processam os crimes do tráfico de drogas (Lei nº 11.343/06):
- É possibilitado às partes arrolarem até 8 (oito) testemunhas cada
  - A impugnação à denúncia é realizada antes do seu Juízo de admissibilidade**
  - O nome técnico da impugnação à denúncia é “resposta à acusação”
  - O Ministério Público não é o titular da ação penal
  - Não haverá a citação pessoal do acusado

#### DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

11. O art. 2º do Código Civil prevê que a Lei põe a salvo os direitos do nascituro desde o momento da concepção. Tal disposição autoriza o ajuizamento de:
- Ação de Alimentos;
  - Ação de Alimentos Gravídicos;**
  - Execução de Alimentos;
  - Execução de Alimentos pelo rito da Penhora;
  - Execução de Alimentos pelo rito da Prisão;

12. Carlos, surdo, noivo e com 17 anos celebra um negócio jurídico com Antônio, 31 anos. Diante disso, responda:
- o negócio jurídico em questão é nulo, uma vez que Carlos é pessoa com deficiência, portanto, absolutamente incapaz.
  - o negócio jurídico em questão é nulo, uma vez que Carlos é menor de 18 anos, portanto, absolutamente incapaz.
  - o negócio jurídico em questão é anulável, em razão da idade de Carlos, pessoa relativamente capaz, e não por ser pessoa com deficiência.**
  - o negócio jurídico em questão é válido, uma vez que Carlos tem expectativa de casar-se, condição que lhe outorga emancipação, passando a ser capaz civilmente.
  - o negócio jurídico em questão é válido, uma vez que Antônio é plenamente capaz, condição que supre a capacidade relativa de Carlos.
13. Assinale a ÚNICA forma a qual NÃO é possível a antecipação da capacidade civil plena:
- exercício de emprego público efetivo;
  - colação de grau em curso de ensino superior;
  - casamento;
  - noivado.**
  - relação de emprego, através da qual o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
14. Raquel e Marcos estão em um relacionamento há 3 anos. Durante esse relacionamento, já terminaram e reataram o relacionamento 6 vezes. Porém, quando se conciliam, passam datas comemorativas juntos, trocam presentes e postam fotos também juntos. Diante disso, responda:
- Raquel e Marcos não têm uma união estável, mas um namoro, uma vez que o relacionamento, apesar de público, não é contínuo e duradouro.**
  - Raquel e Marcos não têm união estável, mas um namoro, uma vez que o STJ delimitou que para constituição de união estável são necessários 4 anos de relacionamento.
  - Raquel e Marcos não têm uma união estável, mas um namoro, uma vez que o STJ delimitou que para constituição da união estável são necessários 5 anos de relacionamento.
  - Raquel e Marcos não tem união estável, uma vez que não possuem filhos, requisito necessário para constituir família.
  - Raquel e Marcos têm uma união estável, uma vez que, apesar de vários terminos, constantemente aparecem em público, provando que almejam constituir família.

15. Quando Francisco morreu, deixou sua casa e alguns pertences pessoais. Sua vizinha alegou ser sua companheira, contudo, não conseguiu comprovar a alegação. Há rumores de que teria um filho e um irmão, mas não há elementos indicativos de quem sejam. Diante disso, responda:
- declarada a vacância da herança, seu irmão não terá mais a possibilidade de suceder, mas seu filho sim, por até 5 anos;
  - deve o juiz nomear a vizinha como curadora até que se obtenha a localização do filho e, na ausência deste por 5 anos, ininterruptamente, ela se torna proprietária dos bens;
  - deve o juiz nomear a vizinha como curadora até que se obtenha a localização de algum parente. Na ausência deles, deve o juiz, no prazo de 1 ano, tornar a vizinha proprietária dos bens;
  - transcorrido 1 ano da abertura da sucessão, não comparecendo o suposto irmão de Francisco, tampouco seu filho, os bens passarão à propriedade do ente público;
  - após a arrecadação dos bens, serão expedidos editais e, decorrido 1 ano de sua primeira publicação, sem que haja herdeiro habilitado, a herança será declarada jacente.
16. Bruna, representada por sua mãe, Ana, ajuizou Ação de Alimentos, contra João. Liminarmente, Bruna requereu a fixação de alimentos provisórios no valor de 3 salários mínimos. O juízo indeferiu a liminar, entendendo que seria adequado, primeiramente, citar o réu para integrar a demanda, a fim de que este comprovasse seus rendimentos. Irresignada, Bruna deve:
- interpor recurso de Embargos de Declaração, a fim de que o juízo de primeiro grau reforme a decisão proferida;
  - interpor recurso de Apelação, a fim de que o Tribunal *ad quo* anule a decisão proferida.
  - interpor recurso de Apelação, a fim de que o Tribunal *ad quem* reforme a decisão proferida;
  - interpor recurso de Agravo de Instrumento, a fim de que o Tribunal *ad quem* reforme a decisão proferida;
  - interpor recurso de Recurso em Sentido Estrito, a fim de que o juízo de primeiro grau reforme a decisão proferida.
17. João colidiu seu carro com o carro de Maria em 2012, num cruzamento na cidade de Pato Branco. Contudo, somente em 2018, decidiu ele ajuizar Ação de Reparação de Danos. Responda:
- como ocorreu a prescrição da pretensão, vez que o prazo prescricional para reparação civil extracontratual é de 3 anos, poderá o juiz julgar a improcedência liminar do pedido, sem oportunizar o contraditório;
  - ainda que tenha ocorrido a prescrição da pretensão, não poderá o juiz julgar a improcedência liminar do pedido, uma vez que a causa em questão não dispensa fase instrutória; devendo, portanto, o juiz oportunizar o contraditório;
  - não ocorreu a prescrição da pretensão, uma vez que a reparação civil é hipótese de imprescritibilidade.
  - não ocorreu a prescrição da pretensão, uma vez que o prazo para reparação civil extracontratual, por não prever a lei menor prazo, é de 10 anos.
  - se João fosse pai de Maria, ainda que ambos maiores de 18 anos, não seria possível sequer ajuizar a Ação de Reparação de Danos, por impossibilidade jurídica do pedido.
18. Carla foi gravemente ferida durante um acidente automobilístico. Apesar de beneficiária de plano de saúde, quando chegou ao Hospital Conveniado, lhe informaram que não seria possível sua internação imediata, sendo necessário o pagamento de uma quantia de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Com base nessas informações, responda:
- no caso de Carla, não seria interessante requerer uma tutela provisória, posto que apenas uma tutela definitiva, proferida em cognição exauriente, lhe asseguraria o direito à saúde;
  - mais adequado seria requerer uma tutela provisória de natureza cautelar, a fim de que fosse reservado um leito de internação à Carla, para apenas quando da tutela definitiva, ocorrer seu atendimento;
  - poder-se-ia requerer uma tutela provisória de natureza antecipada, antecedente, a fim de que Carla seja internada imediatamente, independentemente do pagamento de qualquer monta, tendo em vista o alto perigo de dano;
  - poder-se-ia requerer uma tutela provisória de natureza antecipada, incidental, posto que seria primordial, primeiramente, o ajuizamento de uma ação principal.
  - na prática, não haverá qualquer diferença entre pleitear uma tutela provisória de natureza cautelar ou de natureza antecipada, tendo em vista que ambas, ao cabo, são tutelas de urgência, que ensejam os requisitos: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo;

19. A fim de vislumbrar a satisfação de um direito provável, o qual tem o risco de perecer com o decurso do tempo, deve o autor requerer:
- tutela de evidência, a ser concedida em caráter incidental;
  - tutela de urgência de natureza antecipada;
  - tutela de urgência de natureza cautelar;
  - tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente.
  - nenhuma espécie de tutela provisória seria satisfativa ao autor.
20. Assinale a alternativa correta a respeito da gratuidade da justiça:
- não gozam as pessoas jurídicas do direito à gratuidade da justiça, tendo em vista a presunção absoluta de suficiência econômica;
  - gratuidade da justiça e assistência jurídica gratuita são termos sinônimos;
  - o juiz, antes de indeferir o pedido de gratuidade da justiça, deve determinar à parte que comprove o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão do benefício.
  - as despesas com a realização de exame de DNA não estão incluídas no conceito de gratuidade de justiça;
  - concessão de gratuidade afasta por completo o dever de o beneficiário pagar as multas processuais que lhe sejam impostas.
- e. Os nascidos no Brasil, mesmo que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país
23. É competência **EXCLUSIVA** da União:
- Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
  - Legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
  - Manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;
  - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
  - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
24. Assinale a alternativa mais adequada. Num filme Hollywoodiano, o policial realiza uma prisão e informa os seguintes direitos constitucionais ao custodiado que conduz à delegacia: “O senhor tem o direito de permanecer calado, pois tudo que disser poderá ser utilizado contra o senhor no Tribunal, e o senhor também tem o direito a assistência de um advogado, caso não possa pagar por um, o Estado providenciará algum para atendê-lo”. Nesta frase estão presentes quais princípios constitucionais brasileiros?
- Princípios da Ampla defesa e do *non reformatio in pejus*
  - Princípios da Isonomia e da Legalidade
  - Princípios do Devido Processo Legal e da Publicidade
  - Princípios da Não autoincriminação e da Ampla defesa
  - Princípios da Publicidade e do Devido processo legal

#### DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ

21. São Cláusulas Pétreas dispostas no texto da Constituição Federal, todas as seguintes garantias **EXCETO**:
- A forma federativa de Estado
  - O voto direto, secreto, universal e periódico
  - A Liberdade de expressão, garantindo-se o anonimato
  - A Separação dos Poderes
  - Os Direitos e Garantias individuais
22. Assinale a alternativa **INCORRETA**. De acordo com o texto Constitucional, são considerados brasileiros natos:
- Todos os nascidos no Brasil
  - Os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer um deles estejam a serviço de Brasil
  - Os que nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente
  - Os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, que venham a residir no Brasil e optem a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade pela nacionalidade brasileira
25. Segundo o Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), é expressamente vetado ao Brasil como Estado signatário:
- Cobrar tributos sobre serviços particulares de saúde
  - Proibir em todas as formas, a escravidão ou a servidão, e tanto estas como o tráfico de escravos e o tráfico de mulheres
  - Garantir a igualdade de direitos tanto aos filhos nascidos fora do casamento como aos nascidos dentro do casamento
  - Aplicar a pena de morte por delitos políticos, ou por delitos comuns conexos com delitos políticos
  - Resguardar a liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças, sujeita unicamente às limitações prescritas pela lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos ou liberdades das demais pessoas

26. De acordo com a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher), é CORRETO afirmar que:

- I- A violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais e limita todas ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades;
- II- As disposições de tal Convenção podem ser interpretadas no sentido de restringir ou limitar a legislação interna dos Estados Partes que ofereçam proteções e garantias iguais ou maiores para os direitos da mulher, bem como salvaguardas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher;
- III- Em tal diploma, entende-se por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada;
- IV- É direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

Considerando os enunciados anteriores, assinale a assertiva CORRETA:

- a. Apenas a alternativa I está correta
- b. Apenas as alternativas II e III estão corretas
- c. Apenas a alternativa IV está correta
- d. **Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas**
- e. Apenas as alternativas I e III estão corretas

27. Dentre outras, são Funções institucionais da Defensoria Pública, descritas na Lei Complementar nº 80/94 todas, **EXCETO**:

- a. Impetrar *habeas corpus*, mandado de injunção, *habeas data* e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;
- b. **Realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade;**
- c. Promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;
- d. Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- e. Representar aos sistemas internacionais de proteção dos Direitos Humanos, postulando perante seus órgãos;

28. Assinale a alternativa CORRETA. São órgãos que compõem a Administração Superior da Defensoria Pública do estado do Paraná, de acordo com a Lei Complementar nº 136/2011:

- a. Os Núcleos Especializados e a Coordenadoria Geral de Administração
- b. A Escola da Defensoria Pública do Estado e as Defensorias Públicas do Estado do Paraná
- c. Os Centros de Atendimento Multidisciplinar e os Assessores Jurídicos
- d. **A Defensoria Pública-Geral do Estado, a Subdefensoria Pública-Geral do Estado, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado e a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado**
- e. A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado e a Coordenadoria de Planejamento Setorial

#### DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

29. Assinale a alternativa **CORRETA**. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990), quais devem ser as idades para que a pessoa seja considerada criança e para que seja considerada adolescente, respectivamente:

- a. Até 14 anos incompletos e entre 14 e 18 anos
- b. Até 14 anos incompletos e entre 14 e 24 anos
- c. Até 12 anos incompletos e entre 12 e 16 anos
- d. **Até 12 anos incompletos e entre 12 e 18 anos**
- e. Até 16 anos incompletos e entre 16 e 24 anos

30. Assinale alternativa CORRETA. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990), entende-se por ‘família natural’ aquela formada:

- a. Somente pelos pais
- b. Ascendentes e descendentes em primeiro grau
- c. **Pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes**
- d. Todos os que gozem de traços de consanguinidade com a criança ou adolescente (pais, irmãos, meio irmãos, avós, tios, primos, etc).
- e. Todos os com a quem a criança convive ou possui laços de afinidade afetiva